



VILAREALSTºANTONIO

1
Hélic6sl
A

ATA Nº. 25/2017

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal
de Vila Real de Santo António, realizada no dia
7 de novembro de 2017.

Aos sete dias do mês de novembro de 2017, na Sala de Atos da Casa da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente a Excelentíssima Sra. Presidente, Maria da Conceição Cipriano Cabrita, comigo, Hélia Marina Mestre Valente da Costa Gonçalves, Técnica Superior da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, compareceram, pelas 09.00 horas, os Srs. Vereadores Luis Miguel Guerreiro Romão, Carla de Fátima Leiria Sabino Viegas, Rui Carlos Piloto Pires, António Maria Farinha Murta, Cristina Nogueira Mira e Álvaro Filipe Madeira Leal, a fim de se realizar a reunião ordinária a que se refere o artigo 40.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;
- APROVAÇÃO DE ATAS;
- AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS;
- CONCURSO PÚBLICO DO CONTRATO DE GESTÃO PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - ADJUDICAÇÃO;
- EXTENSÃO DE GARANTIA IBM ANUAL PARA TODOS OS EQUIPAMENTOS EXISTENTES NO CENTRO DE DADOS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENÇAS ANUAIS PARA DIVERSOS SOFTWARES EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS;

- DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES PARA O CONSELHO GERAL DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- PARCERIA A ESTABELECEER COM A ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL DA EUROPA;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia de ontem, apresentando um saldo de 3.113.109,26 € (três milhões cento e treze mil, cento e nove euros e vinte e seis cêntimos).

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Sr. Vereador António Murta disse que teve conhecimento que no anterior mandato foi colocado à hasta pública para alienação de prédio urbano sito em Monte Gordo pela oitava vez, solicitando informação sobre eventuais concorrentes e o valor apresentado pelos promitentes adquirente.

O Sr. Vereador Álvaro Leal questionou sobre se os trabalhos de pavimentação das estradas municipais na Freguesia de Vila Nova de Cacela estavam terminados.

Questionou ainda, sobre a situação de demolição e consequente desativação do Posto de Turismo de Monte Gordo.

A Sra. Vereadora Cristina Mira solicitou informação sobre a situação do antigo edifício da Caxa Geral de Depósitos onde ainda se encontram em funcionamento alguns serviços do Município, e para quando está prevista a sua entrega ao Grupo Pestana.



A Sra. Presidente informou que a hasta pública para alienação da parcela de terreno ficou deserta por falta de concorrentes. Relativamente ao Posto de Turismo a sua demolição é da responsabilidade da APA e irá ser realizada uma reunião com o Turismo de Portugal para descolar o Posto para um edifício no centro de Monte Gordo, à semelhança do que se passa em relação ao posto de turismo da Manta Rota.

Quanto aos trabalhos de pavimentação das estradas municipais na Freguesia de Vila Nova de Cacela informou que irá ser realizada uma reunião com a Junta de Freguesia para serem iniciados os trabalhos.

O edifício onde se encontram alguns serviços do Município vai ser entregue ao Grupo Pestana até ao final do mês de novembro, passando os funcionários para o edifício sede da Câmara Municipal.

4
-
Heic6sl
N

DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

APROVAÇÃO DE ATAS.

- Considerando que foram distribuídas, com antecedência, fotocópias das atas aos membros deste Órgão, a Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Luis Romão, Carla Sabino, Rui Pires, António Murta e Cristina Mira, por não pertencerem ao anterior executivo, aprovar as Atas nº. 21 e 22 das reuniões ordinárias realizadas nos dias 12 e 26 de setembro de 2017.

AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

= Pelo Sr. Vereador António Murta e subscrita pela Sra. Vereadora Cristina Mira, foi formulada a seguinte proposta, no sentido de ser submetida a sua aceitação:

“Tendo em consideração a difícil condição económica e financeira da Câmara Municipal proponho que o valor seja reduzido para o montante de 25.000,00 €.”

Colocada à votação a sua aceitação, a proposta dos Vereadores do Partido Socialista foi preterida com os votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores Luis Romão, Carla Sabino e Rui Pires, os votos favoráveis dos Srs. Vereadores António Murta, Cristina Mira e Álvaro Leal.

= Permanecendo para votação a proposta inicial da Sra. Presidente, a Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores António Murta e Cristina Mira, aprovar a Proposta, documento que faz parte integrante da presente ata, no sentido de:

1. Autorizar o acréscimo, a título excecional, aos fundos disponíveis de outros montantes a cobrar ou a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efetuar o último pagamento relativo a esse compromisso.
2. Submeter a autorização prévia da Assembleia Municipal a assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal nos seguintes casos:
 - a) Compromissos que resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;

- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.
3. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.
 4. A câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no Âmbito de contratação pública.
 5. O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.ºs 1 e 2, a assumir, ou já assumidas desde o dia 14 de outubro de 2013 (instalação da Câmara Municipal).
 6. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.
 7. Submeter a autorização prévia da Assembleia Municipal a assunção de compromissos, por parte da Câmara Municipal considerados urgentes e inadiáveis, nomeadamente no âmbito das seguintes matérias:
 - Refeições escolares;

- Transportes escolares;
- Apoio social e alimentar;
- Editais (de publicações legalmente exigidas)
- Desinfestações;
- Resolução de situações descritas pela proteção civil como situações que põem em causa a segurança e salubridade pública;
- Manutenção:
 - i) Viaturas;
 - ii) Edifícios;
 - iii) Maquinaria;
 - iv) Informática;
 - v) Arcas frigoríficas;
- Material de armazém:
 - i) Papel;
 - ii) Toner;
 - iii) Sacos para lixo e demais meios para a operacionalização deste serviço;
- Contratação de serviços em imóveis Municipais (públicos ou privados) que ponham em causa a segurança e a salubridade pública;

8
Hélio
✓

- Iluminação Pública;
- Plataforma de contratação pública;
- Fundos de maneo.

CONCURSO PÚBLICO DO CONTRATO DE GESTÃO PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – ADJUDICAÇÃO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António Murta e Cristina Mira, aprovar a Proposta do Sr. Vereador Luis Romão, no sentido de ser submetida à Assembleia Municipal a adjudicação à empresa FOMENTEFFICIENCY/I-SETE, nos termos propostos no relatório final do Júri, aprovar todos os documentos processuais tramitados pelo Júri do Procedimento, nomeadamente os erros e omissões e, a minuta de contrato, condicionada à apresentação de caução pelo adjudicatário, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

= Pelos Srs. Vereadores António Murta e Cristina Mira, foi formulada a seguinte declaração de voto:

“A nível jurídico, e uma vez que não tivemos acesso ao Caderno de Encargos para o qual o contrato remete, apenas tem informação constante na mesma minuta do contrato, assim convém fazer parte do contrato a periodicidade relevante para a monitorização do cumprimento do contrato e os fundamentos específicos para a resolução do referido

contrato por razões do interesse público constantes no artigo 27º, alínea c) e e) do Decreto-Lei nº. 29/2011, de 28 de fevereiro.

Mais, o contrato deve implicar uma significativa e efetiva transferência do risco para a empresa do serviço energético de acordo com o artigo 28º. do mesmo diploma, devendo portanto a cláusula 8 da minuta do contrato ser mais precisa.

Deve ainda constar no contrato que a empresa de serviços energéticos está sujeita ao poder de direção e fiscalização do contraente público não podendo adotar quaisquer medidas suscetíveis de afetar a autonomia da atividade do contraente público na prossecução das suas atribuições e competências, ao abrigo do artigo 32º. do citado diploma.

Relativamente ao incumprimento do contrato as sanções do mesmo devem ser mais explícitas de acordo com o artigo 47º. da Portaria nº. 60/2013, de 5 de fevereiro.

Quanto às questões técnicas, estranhámos a inexistência junto ao processo de um relatório de um Técnico Eletrotécnico que defenda a melhor opção encontrada para a melhoria iluminação público do Concelho, bem como as questões relativas de eficiência energética e as poupanças económicas que daí advém."

10
Hériberto
M

EXTENSÃO DE GARANTIA IBM ANUAL PARA TODOS OS EQUIPAMENTOS EXISTENTES NO CENTRO DE DADOS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António Murta e Cristina Mira, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto no nº 4 e do nº 12 do artigo 49.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, para contratualizar uma prestação de serviços de extensão de garantia IBM anual para todos os equipamentos existentes no Centro de Dados do Município de Vila Real de Santo António, por um período de um ano, com a entidade Sharetech - Consulting, Lda., e por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se solicite autorização à Assembleia Municipal, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

= Pelos Srs. Vereadores António Murta e Cristina Mira, foi formulada a seguinte declaração de voto:

“Os Vereadores do Partido Socialista abstém-se por não terem conhecimento do contrato, proposta e suas características, para uma decisão mais conscientes, solicitando desde já cópias dos mesmos documentos.”

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENÇAS ANUAIS PARA DIVERSOS SOFTWARES EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António Murta e Cristina Mira, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto no nº 4 e do nº 12 do artigo 49.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, para contratualizar uma prestação de serviços de licenças anuais para diversos softwares existentes no Município de Vila Real de Santo António, por um período de um ano, com a entidade Sharetech - Consulting, Lda., e por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se solicite autorização à Assembleia Municipal, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

= Pelos Srs. Vereadores António Murta e Cristina Mira, foi formulada a seguinte declaração de voto:

“Os Vereadores do Partido Socialista abstém-se por não terem conhecimento do contrato, proposta e suas características, para uma decisão mais conscientes, solicitando desde já cópias dos mesmos documentos.”

DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES PARA O CONSELHO GERAL DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António Murta, Cristina Mira e Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, documento que constitui parte integrante da presente ata, no sentido de serem designados os seguintes representantes para o conselho geral do:

- Agrupamento de Escolas de Vila Real de Santo António

- Dra. Carla Sabino, Vereadora do Pelouro da Educação
- Dra. Sandra Carmo, Chefe de Divisão da Educação e Juventude
- Dra. Nisia Gomes, Técnica Superior do Núcleo de Formação e Gestão de Espaços Escolares

- Agrupamento de Escola D. José I

- Dra. Carla Sabino, Vereadora do Pelouro da Educação
- Dra. Sandra Carmo, Chefe de Divisão da Educação e Juventude
- Dra. Susana Cruz, Técnica Superior do Núcleo de Formação e Gestão de Espaços Escolares

PARCERIA A ESTABELECEER COM A ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL DA EUROPA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador Luis Romão, no sentido de ser aceite a Parceria a estabelecer com a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), nos termos propostos, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

Registou-se a intervenção do Sr. Mariano, que referiu que, no topo norte da doca de recreio o sistema de rega estaria a funcionar, dando-lhe a sensação que estaria a regar durante toda a noite, num momento que o país encontra-se em seca severa.

E questionou se a Câmara Municipal estava recetiva a colocar o dístico do Município em todas as viaturas.

A Sra. Presidente disse que iria chamar à atenção do Encarregado do sector. Relativamente à colocação do dístico nas viaturas do Município referiu que não tem qualquer problema.

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: E nada mais havendo a tratar, foi pela Senhora Presidente declarada encerrada a reunião, pelas dez horas.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, Hélio Floriano Mesquita Valente de Costa Gonçalves, Técnica Superior da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, a redigi, subscrevo e assino.

Manic de Anna Afonso Cabrita

Hélio Gsl.